

CAPÍTULO III

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Currículo Contextualizado
e Educação do Campo

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.
Paulo Freire (2015,p.68)

*Uma educação libertadora pressupõe diálogo,
 criticidade e ensinar no intuito de transformar.
 O contrário leva a reprodução do sistema e das ideologias
 das classes dominantes favorecendo assim, o opressor.*
(Reflexões no Encontro da Equipe Formadora e Sistematizadora, 2014)

Considerando que a escola é um lócus privilegiado de formação da cidadania, e, por isso, tem papel fundamental na compreensão, pelos(as) estudantes, da realidade na qual estamos inseridos, precisamos pensar um currículo que instigue a desmistificação de ideias e informações que fomentam a adaptação dos sujeitos nos espaços tempos em que vivem. Por isso, queremos um currículo que promova a interlocução do conhecimento cotidiano com o conhecimento científico, com foco no ensino significativo, interdisciplinar, compartilhado e contextualizado.

O modo como organizamos a escola, a forma como concebemos os diferentes e diversos espaços tempos escolares, o jeito como nos relacionamos com a comunidade escolar e, em especial com os(as) estudantes, revela a concepção que temos de currículo, e, conseqüentemente constitui o currículo vivido no cotidiano da esfera escolar, nos evidenciando que currículo é o que produzimos, apropriamos e objetivamos no contexto em que estamos inseridos.

Por isso, o documento curricular deve ser considerado um documento orientador e instigador, de forma que a escola tenha um ponto de partida, com clareza dos pontos de chegada. Um documento que orienta os sujeitos implicados no e com o cotidiano da escola, a implementar práticas pedagógicas que levem em consideração as práticas sociais e culturais da comunidade.

Considerar as práticas sociais e culturais significa reconhecer os saberes vividos em cada região e comunidade escolar. Significa romper com a ideia de um currículo uniforme, que homogeneiza, isto é, de um currículo como um caminho a ser seguido.

Ao considerarmos a singularidade de cada sujeito e as especificidades das regiões, destacamos a importância do reconhecimento da diversidade vivida no cotidiano das comunidades do campo; os saberes e dizeres dos sujeitos que vivem nas diferentes regiões, bem como a necessidade de destacarmos as múltiplas identidades produzidas, apropriadas e objetivadas no cotidiano das práticas sociais e culturais do espaço tempo campesino, isto é, reconhecer que todos(as) tenham garantido o direito de apropriação dos conhecimentos científicos, necessários e importantes para a sua inserção no contexto em que vive, incluindo as suas relações de trabalho.

Nessa direção, pensar um currículo que considere uma educação no e do campo fortalece os vínculos de identidade, autonomia, pertença e de apropriação do que se pretende construir. Discutir o papel da escola no e do campo é lançarmos um olhar diferenciado para com a sua cultura, sua história e seus saberes.

Ao discorrermos sobre o sentido significado dos termos no e do campo dialogamos com Caldart (2002, p. 26), [...] “o povo tem o direito de ser educado *no* lugar onde vive; *do* pois o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Tais questões nos possibilitam compreender o decreto nº 7.352\2010 quando em seu Art. 1º destaca o que significa escola no e do campo: aquela situada em área rural, conforme defendida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Sendo assim, todas as escolas do município de Domingos Martins se revelam escolas no e do campo, estejam elas inseridas nas comunidades rurais ou urbanas.

Por isso, a produção de um documento curricular campesino, pressupõe a organização do trabalho pedagógico a ser vivido com dignidade, autonomia e ousadia em escolas no e do campo. Exige, também, um currículo a ser vivido [ou já vivido] na contramão dos dizeres dominantes. E ainda, pressupõe um documento

que assegure os direitos de ensino aprendizagem e permita a interlocução dos sujeitos corresponsáveis com a sua implementação e avaliação, num diálogo permanente com os aspectos legais e com o contexto em que vivemos.

Com base em tais ideias algumas indagações permearam as nossas discussões, dentre as quais: O que entendemos por contexto e contextualização? Quais as implicações de currículo contextualizado no processo de ensino aprendizagem?

Entendendo contexto e contextualização

Pensar um currículo na dimensão do currículo contextualizado significa considerar o que entendemos por contexto^{vi} e contextualização^{vii}.

Destacamos contexto enquanto espaço tempo vivido, seja no presente, no passado ou no futuro. Como por exemplo, o contexto vivido na década de 60, época da ditadura ou o que vivemos atualmente em relação às políticas públicas campesinas, e, mais, o contexto a ser vivido ao longo da nossa história.

Com base nessa ideia, destacamos que contextualização é o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação nos diferentes espaços tempos vividos. Isso significa, que ao defendermos um currículo contextualizado precisamos levar em consideração o contexto sócio-histórico-cultural em que vivemos. Precisamos considerar o cotidiano e a realidade de cada comunidade e de cada região, bem como as experiências vividas pelos estudantes do berçário da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e EJA – da educação básica campesina martinense.

Um currículo contextualizado tem como premissa básica os construtos de uma educação inclusiva, a qual inclui todos os sujeitos e seus diversos contextos de convivência, e ainda, além de considerar as práticas sociais e culturais das diversas comunidades campesinas, também leva em conta o contexto escolar: o cotidiano das práticas pedagógicas.

Pensar e considerar o cotidiano da esfera educativa escolar exige reconhecer:

O material que está sendo utilizado e a forma como a atividade está sendo conduzida ou orientada; as referências que o professor traz de outras áreas do conhecimento; as relações com os conhecimentos prévios dos alunos; o vocabulário que os professores e alunos utilizam; o modo como os alunos estão dispostos em sala de aula; se estão ou não em uma sala de aula convencional ou no campo procurando determinar uma “distância inacessível” diretamente pela sua observação; se o professor propõe o problema esperando uma solução única ou que os alunos façam estimativas e aproximações; a época em que isto está sendo feito e o que ocorre além da sala de aula. Ou seja, o contexto é determinado por muito além da consignação enunciada pelo professor (ALMEIDA, 2014, p.94).

A escola se revela determinada e marcada pelos múltiplos contextos em que se inserem: a comunidade atendida, os(as) estudantes, os(as) profissionais, a secretaria de educação, as secretarias e órgãos afins, dentre outros.

A escola é um contexto determinado por vários contextos, influenciando e sendo influenciada por eles. Assim, os seus alunos têm oportunidades de aprendizagem tão mais ricas quanto maior for a variedade de contextos que a escola lhes apresentar, e, mais favorecidas se estiverem conforme as experiências cotidianas desses estudantes (GÓMES-CHACÓN, 1998, apud ALMEIDA, 2014, p. 95).

Nessa linha de análise destacamos que um currículo contextualizado dialoga com as diferentes esferas educativas em seus múltiplos contextos: esfera familiar, política (políticas públicas para o campo), econômica, ideológica, religiosa, dentre outras, com vistas a contextualizar os dizeres e os fazeres que permeiam o cotidiano escolar, inserindo nesse cotidiano as práticas sociais e culturais vividas no contexto em que estamos inseridos.

Um currículo contextualizado pressupõem que:

O(a) estudante deve ser visto como participante interativo do processo de ensino aprendizagem. Os(as) estudantes produzem e se apropriam dos conhecimentos no lócus do contexto em que vivem,

^{vi} Contexto é a relação de dependência entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância.

^{vii} É uma forma de abordar o conhecimento ou mesmo situar tal fato no tempo e no espaço, do universo em que está envolvido.

na interlocução com as pessoas, com o mundo e consigo mesmo. A comunidade escolar deve atuar com vez e voz na organização do projeto político pedagógico. A gestão escolar precisa se ancorar na perspectiva da educação democrática. A gestão pedagógica deve levar em consideração a importância da interlocução entre os conhecimentos das diversas áreas dos saberes com os conhecimentos locais e globais. A gestão pedagógica deve focar no ensino significativo e na aprendizagem compartilhada e contextualizada. A Educação do e no campo precisa se comprometer com os processos de desenvolvimento social e sustentável. O(a) professor(a) precisa atuar como mediador(a) do processo ensino aprendizagem. (Encontro Regional, Melgaço, 2014 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁸

Considerar as referidas premissas significa que além do reconhecimento do contexto social, histórico, cultural, precisamos refletir sobre as questões relacionadas ao contexto ideológico, político e econômico, incluindo as relações sócio ambientais, a educação especial, bem como as relações étnico-raciais, religiosas, de gênero, sexualidade e de orientação sexual. Isso porque, vivemos ainda um contexto de discriminação e preconceitos, marcado por práticas consumistas, racistas, sexistas, homofóbicas, etc.

Daí que, pensar o contexto em que vivemos exige reconhecer a importância e a urgência de um currículo que tenha como premissa básica, a implementação de práticas inclusivas, ancoradas nos princípios de direitos humanos. Conforme destaca Silva (2010, p. 3)

Como apenas contemplar não acrescenta quase nada na construção do entendimento das coisas, fazemos um rápido passeio procurando entender porque a contextualização dos conteúdos de ensino não pode ser traduzida em ações ou atividades que descolem os(as) estudantes da escola para a simples contemplação sem propósitos, sem planejamento, sem direção. Atualmente temos observado, nos Sistemas Municipais de Ensino, uma exagerada quantidade de projetos cada um com um propósito e sem comunicação uns com os outros. Isso tem tomado muito tempo dos (das) estudantes e não tem resultado em melhoria da qualidade do que se ensina e se aprende. Alguns desses projetos retiram os(as) estudantes das salas de aula e acabam, literalmente em festas, como é o caso de muitos desses na área da educação ambiental.

Tais questões nos chamam atenção para o fato de que devemos ser cautelosos(as) ao organizarmos o trabalho pedagógico, num processo dialógico com a realidade, para que no processo de produção, apropriação e objetivação dos conhecimentos que julgamos reais e necessários, não fiquemos na superficialidade das e nas ações e projetos de estudos a serem implementados.

Como já destacamos anteriormente, um currículo contextualizado, exige debate e interlocução com as comunidades escolares e demais corresponsáveis com a educação do município, com vistas a destacar as necessidades reais, bem como a tomada de consciência das experiências vividas.

(...) estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vistas sobre o mundo, sem ciência, ou teologia, sem assombro em face ao mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar, não é possível (FREIRE, 2011, p.57).

Assim, dialogaremos com e sobre o modo como as(os) estudantes percebem o mundo e as coisas no e do mundo em que vivemos, como se percebem nesse mundo, tendo em vista que todos(as) chegam à escola trazendo um mundo de informações que não pode ser ignorado.

As implicações de currículo contextualizado no processo de ensino aprendizagem

Um currículo contextualizado promove ensino-aprendizagem significativa porque é um processo que instiga a compreensão do sentido das experiências vividas. Por isso, conforme destaca Silva (2010), pensar em contextualizar é problematizar o objeto de estudo a partir dos conhecimentos das diversas áreas do saber científico – disciplinas escolares – fazendo a interlocução dos mesmos com a realidade vivida e situando os(as) estudantes no contexto em que vivem, de forma que possam retornar para a sua comunidade com um novo olhar. A contextualização da educação escolar é, assim, um processo dialético.

O conhecimento das informações ou dos dados isolados em seu contexto é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados no seu contexto para adquirirem sentido. Para ter sentido a palavra necessita

do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia (MORIN, 2000, p.36 apud SILVA, 2010, p.4).

Pensar em um currículo contextualizado significa considerar a complexidade da organização didática dos conhecimentos com base nas premissas da interdisciplinaridade^{viii}. Essas três noções; contextualização, interdisciplinaridade e transposição didática; estão intrinsecamente ligadas ao processo de ensino aprendizagem, visto que buscam transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar a ser ensinado, definir o tratamento a ser dado a esse conteúdo e tomar as decisões didáticas e metodológicas que vão orientar a atividade do professor e dos alunos com o objetivo de construir um ambiente de aprendizagem eficaz.

Almeida Filho (2007, p.39, apud Silva, 2010, p.5) destaca que

Toda vez que o professor for fazer a contextualização deve ter em mente que ela é necessária para criar imagens do campo que ele irá explorar. É a contextualização que deixa claro para o aluno que o saber é sempre mais amplo, que o conteúdo é sempre mais complexo do que aquilo que está sendo apresentado naquele momento

Contextualizar um conhecimento significa ir além do que realmente se apresenta, sem perder de vista o que é realmente necessário, e, assim, organizá-los de forma didática, com vistas à apropriação dos mesmos no lócus das práticas pedagógicas.

Conforme destaca Silva (2010) a contextualização do currículo contrapõe àquele processo de ensino aprendizagem aligeirado, simplificado e distante das reais necessidades dos(as) estudantes e das práticas que se ancoram na memorização e repetição de conhecimentos isolados em cada disciplina, sem interlocução entre os conhecimentos e sem problematização em relação à realidade na qual estão inseridos.

Promover uma educação contextualizada significa reconhecer a importância de um ambiente interdisciplinar, uma vez que a fragmentação dos conhecimentos científicos dificulta a visão do todo; ignora a interlocução entre os diferentes e diversos saberes; não leva em consideração as especificidades de cada área do saber e a necessidade de interação entre os conhecimentos cotidianos e científicos.

Para que os conhecimentos científicos tenham sentido e significado no lócus da escola, faz-se necessário organizá-los didaticamente por meio dos princípios interdisciplinares, de forma que os(as) estudantes possam a partir dos conhecimentos cotidianos, considerar e perceber as interlocuções entre as diferentes áreas do conhecimento e a sua relação com os espaços tempos vividos.

Essa interlocução de “conhecimentos, não é um trabalho tão fácil, mas não é impossível desde que os(as) professores(as) compreendam a importância na formação dos sujeitos e enfrente os desafios de fazer diferente” (Silva, 2010, p. 8). Nesse sentido, o currículo contextualizado exige repensar o cotidiano da escola, e com isso evidenciar a função social da esfera educativa escolar, de forma que fique entendido o seu lugar na formação dos sujeitos com consciência crítica.

Com base em tais questões dialogamos com Menezes (2007, p. 35), quando ressaltam que

A concepção da Educação Contextualizada busca entender que as pessoas se constroem e constroem seu conhecimento a partir do seu contexto, com relações mais amplas. Ou seja, a relação, ou a construção dos saberes, se dá na relação das pessoas com o mundo, consigo mesmo e com os outros.

E ainda, de acordo com Silva (2010), p.3 e 4)

Quando se pensa em educação contextualizada é importante ter presente que uma das primeiras preocupações do(a) professor(a) na sala de aula é conhecer os(a) estudantes, as suas experiências, entendimentos sobre o mundo e as coisas no mundo. Seja qual for a classe a qual pertençam ou o ambiente em que vivem, todos(as) chegam à escola trazendo um mundo de informações que não pode ser desconsiderado na construção do processo de ensino/aprendizagem. Cabe ao(à) professor(a) construir momentos na sua prática pedagógica que favoreçam a expressão desse saber prévio e partir dele organizando situações que proporcionem um ambiente democrático onde todos ensinem e aprendam. Esses já seriam os primeiros passos da contextualização.

^{viii} As premissas de interdisciplinaridade constam no capítulo VIII.

As vozes que permearam as reflexões nos encontros regionais sobre a importância de um currículo contextualizado salientaram que os sujeitos produzem, se apropriam e objetivam conhecimentos no lócus do contexto em que vivem na interação com as pessoas, com o mundo e consigo mesmo(a).

Pensar um currículo na dimensão contextualizada significa considerar: a importância do planejamento compartilhado com vistas à interdisciplinaridade; à formação de sujeitos com consciência crítica, com direito a vez e voz; à implementação de políticas públicas articuladas; à necessidade de promover uma gestão educacional escolar e pedagógica de forma compartilhada, com princípios na gestão democrática; ao contexto social, cultural, histórico, político, econômico e ideológico como ponto de partida e de chegada; à garantia da produção, apropriação e objetivação de conhecimentos num processo de interlocução entre os saberes local e global – conhecimento cotidiano e científico; à aprendizagem contextualizada e compartilhada, que parte da realidade da comunidade e retorna para a referida realidade com consciência crítica.

Acreditamos então que escolher trabalhar com o currículo contextualizado é o que mais se aproxima da nossa realidade e responde muitas das nossas indagações, pois propõe que o(a) professor(a) seja mediador(a) do processo de ensino aprendizagem, valorizando a realidade dos(as) estudantes, promovendo uma interlocução dos conhecimentos cotidianos – local e global – com os conhecimentos científicos, das diversas linguagens/disciplinas escolares, que constam na matriz de conhecimentos.